

## *Avaliação econômica do primeiro ano do Governo Lula: previsões 2004*

Paulo Roberto de Almeida (7 de janeiro de 2004)  
([pralmeida@mac.com](mailto:pralmeida@mac.com) [www.pralmeida.org](http://www.pralmeida.org))

**Resumo:** A economia brasileira apresentou, no primeiro ano do governo Lula, notável recuperação, o que confirma terem estado errados os que clamaram por políticas alternativas. Os equilíbrios econômicos alcançados são reais, mas persistem várias zonas de fragilidade, o que denota necessidade de manutenção e aprofundamento do esforço fiscal, além do prosseguimento das reformas iniciadas em 2003, notadamente a tributária e a previdenciária, ao lado do encaminhamento da reforma laboral.

Apresento em anexo tabela de dados econômicos consolidados que elaborei com base em resultados colhidos do governo anterior, acrescentadas das previsões (até o final de 2002 razoavelmente pessimistas) que se faziam em relação aos indicadores do governo Lula para 2003, e os resultados finalmente alcançados no final desse ano. Acrescento as previsões de consultoria econômica, desta vez moderadas, para 2004.

Uma leitura dos números indica um desempenho satisfatório na maior parte dos indicadores, sobretudo agregados macroeconômicos e do setor externo, confirmando assim o acertado da política econômica conduzida pelo ministro da Fazenda (e os equívocos dos “alternativos”), mas também a persistência ou o agravamento de várias zonas de sombra e de preocupação política em relação aos indicadores sociais.

Com efeito, em contraste com os bons resultados daqueles grandes agregados, o setor social – renda disponível e desemprego, sobretudo – apresentou alguma erosão no decorrer desse período, o que recomendaria alguma atenção para os mecanismos corretivos dessas tendências negativas, o que entendo é consenso no governo. O que parece menos consensual, por outro lado, é o aprofundamento do esforço fiscal, para mim essencial na direção da redução sustentada dos juros, um dos obstáculos notórios a taxas mais elevadas de crescimento no setor privado. Outra questão crucial parece ser o prosseguimento das reformas tributária (com real sentido de diminuição da carga sobre o setor produtivo) e previdenciária, para completar a inversão das tendências deficitárias no setor público, ainda latentes (sem considerar o peso residual que ainda continua a ser deixado para as próximas gerações, nossos filhos e netos).

Entendo que ambas enfrentem dificuldades, a primeira de ordem propriamente orçamentária, já que o Estado não consegue renunciar a fontes de receitas, a segunda de natureza política, já que os setores contemplados com regimes especiais resistem bravamente a um sistema verdadeiramente universal, mas creio que o governo deveria

engajar novo esforço de diálogo com a sociedade para tornar claras as razões do prosseguimento da “justiça fiscal” (e social) e do que conforma duas das alavancas mais poderosas para que o Brasil engaje um processo sustentado de crescimento.

Para a construção da “empregabilidade”, a experiência internacional indica que não bastam programas governamentais – seja diretamente “keynesianos”, seja do tipo (re)treinamento da mão-de-obra –, expedientes limitados em suas dimensões próprias (sem mencionar a absoluta impossibilidade de um Estado “keynesiano” no Brasil, nas condições atuais de fiscalidade e orçamento), cabendo então explorar as vias (pouco palatáveis aos olhos de uma certa clientela corporativa) da reforma laboral. Não hesito em dizer que a flexibilização das normas contratuais e seus encargos derivados se me afigura essencial na tarefa de aumentar a taxa de formalização do imenso contingente de “inempregáveis” que hoje constitui quase 40% da força de trabalho.

A dificuldade presumida da reforma laboral se apresenta, aliás, como um falso problema, pois que ela só teria oposição dos donos do poder sindical – eles mesmos comprometidos com o setor formal, que constitui fração mínima da mão de obra mobilizável pela economia – e dos ideólogos conhecidos da pureza sacrossanta das relações trabalhistas. Todo o setor produtivo, a começar pelo “exército” desconhecido de pequenas e médias empresas – hoje vegetando numa ilegalidade forçada –, bem como o imenso “exército industrial de reserva” (real, mas anômico e desorganizado), seriam beneficiados por uma “repactuação” (para roubar um conceito corporatista) das normas laborais e regimes tributários aplicáveis aos pequenos empreendimentos.

A condução dessa reforma representaria uma pequena revolução no Brasil, que ainda vive na era Vargas nessa área, totalmente incompatível com os requerimentos de uma moderna economia inserida nos intercâmbios internacionais como a brasileira. Entendo que o governo deveria ousar nessa matéria, a única garantia de que o setor social comece a produzir indicadores mais positivos a partir de 2005. Não há remédio fácil em matéria de emprego, mas as experiências acumuladas na matéria indicam que um mercado de trabalho flexível tem muito mais chances de reduzir os altos níveis de desemprego do que os excessivamente regulados como o do Brasil, só comparável, em termos de rigidez formal, ao da França, outra economia “naturalmente” propensa ao desemprego estrutural. De resto, eu continuaria insistindo numa agenda “enxuta” para a ação do governo nos próximos três anos, feita de segurança, saúde, educação (de base, secundária e técnica-profissional) e infra-estrutura.

**Avaliando o primeiro ano do Governo Lula  
(previsto, realizado, novas estimativas)  
Economia brasileira, dados básicos e projeções: 2001-2004**

	2001	2002	2003 <i>prev</i>	2003 real	2004 <i>prev</i>
<b>Nível de Atividade</b>					
PIB em US\$ bilhões	510,4	456,2	<b>477,8</b>	507,2	<b>560,6</b>
População (milhões de hab)	172,4	174,6	<b>176,9</b>	176,8	<b>179,1</b>
PIB per capita (em US\$)	2.961	2.612	<b>2.702</b>	2.867	<b>3.130</b>
Crescim. anual do PIB (%)	1,3	1,9	<b>1,4</b>	0,0	<b>4,0</b>
Agropecuária	5,8	5,5	<b>4,0</b>	6,0	<b>5,4</b>
Indústria	-0,5	12,6	<b>0,8</b>	-0,5	<b>5,4</b>
Serviços	1,8	1,6	<b>1,5</b>	-0,2	<b>2,7</b>
Investimento (% do PIB)	19,4	18,3	<b>19,5</b>	17,6	<b>18,8</b>
Massa real de rendimentos	-3,1	-2,4	<b>-2,0</b>	-7,3	<b>3,9</b>
Cesta básica, custo em R\$	-	208,40	-	214,66	-
Renda média no ano (R\$)	-	950,00	-	838,00	-
Desemprego aberto, IBGE	6,8	10,5	<b>9,2</b>	12,2	<b>9,6</b>
Índice BOVESPA – ações	-	11.268	-	22.236	-
<b>Inflação (%)</b>					
IPCA (IBGE) % ao ano	7,7	12,5	<b>10,5</b>	9,2	<b>6,0</b>
IGP-M (FGV) % ao ano	10,4	25,3	<b>8,7</b>	8,7	<b>6,7</b>
<b>Setor Externo (US \$ bilhões)</b>					
Exportações	58,2	60,1	<b>67,5</b>	73,1	<b>78,5</b>
Importações	55,6	47,0	<b>50,4</b>	48,3	<b>57,9</b>
Balança comercial	2,7	13,1	<b>17,1</b>	24,8	<b>20,6</b>
Conta Corrente	-23,2	-7,7	<b>-5,8</b>	4,6	<b>-3,2</b>
Conta de Capital	27,9	12,0	<b>5,8</b>	6,0	<b>6,1</b>
Reservas líquidas intern.	35,9	37,8	<b>35,0</b>	48,4	<b>51,2</b>
EMBI+ (taxa de risco)	-	1.446	-	468	-
<b>Déficit Público (% do PIB)</b>					
Nominal	5,2	10,3	<b>5,2</b>	4,1	<b>4,5</b>
Primário	3,7	3,9	<b>3,8</b>	4,3	<b>4,3</b>
Juros Nominais	8,9	14,2	<b>9,0</b>	8,3	<b>8,7</b>
<b>Câmbio e juros (% ao ano)</b>					
Taxa de câmbio (nominal)	2,32	3,53	<b>3,71</b>	2,88	<b>3,18</b>
Juro nom./TBC (Selic)	17,3	19,1	<b>22,5</b>	16,5 *	<b>14,7</b>
Juros reais (deflat. IPCA)	9,0	5,8	<b>8,9</b>	12,9	<b>8,2</b>
Juros reais em dólar	-1,1	-21,8	<b>15,7</b>	50,8 **	<b>4,2</b>

Notas: \* = Selic em fevereiro de 2003 = 26,50%; \*\* = a conferir.

Fontes: Pesquisas de Paulo Roberto de Almeida; maior parte dos dados retirados do *Boletim Tendências* (06/01/2004); as previsões para 2003 tinham sido feitas com base em estimativas da Consultoria Tendências (*Conjuntura Semanal*, 30/12/2002 a 3/01/2003).

Paulo Roberto de Almeida ([pralmeida@mac.com](mailto:pralmeida@mac.com)); 7.01.04.